

O Estado na dianteira: intervencionismo e desenvolvimento no segundo governo Vargas

A U L A

30

Abertura

*E*m dezembro de 1994, quando foi eleito presidente da República, Fernando Henrique Cardoso foi ao Senado para se despedir de seus colegas e fez um discurso. Afirmou que, para construir o futuro do Brasil, era preciso fazer um acerto de contas com o passado. E explicou que passado era esse:

(...) um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.

E continuou:

Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego nos final dos anos 70.

Na Aula 28, falamos sobre a política econômica do primeiro governo Vargas. Na aula 29, sobre a do governo Dutra. Vamos falar agora sobre uma ampla discussão que estava acontecendo nos anos 40 e 50, sobre o tipo de desenvolvimento que deveríamos adotar. Vamos procurar entender, na aula de hoje, o que foi esse modelo de desenvolvimento da Era Vargas – que, segundo Fernando Henrique Cardoso, permaneceu quase cinquenta anos em vigor.

O modelo de desenvolvimento da Era Vargas

Movimento

Ao final da Segunda Guerra Mundial, enquanto o mundo se dividia em dois blocos que se manteriam em permanente tensão na Guerra Fria, acalorou-se no Brasil a discussão sobre os rumos que deveríamos seguir em nosso esforço de desenvolvimento.

Um grupo liderado pelo industrial paulista Roberto Simonsen dizia que era importante o país continuar a se industrializar e abrir mais fábricas para produzir aquilo que até então vinha de outros países, como máquinas, tratores, caminhões, automóveis.

Além de investir mais na indústria, era preciso também abrir novas estradas, aumentar as linhas ferroviárias, melhorar os portos. Tudo isso para que as matérias-primas pudessem chegar até as fábricas. E, depois, para que os produtos das fábricas pudessem chegar até os consumidores de todo o país.

Era preciso ainda que o Brasil explorasse o seu petróleo, o seu carvão, o manganês, o ferro e outros produtos minerais. A agricultura também tinha de se modernizar. O agricultor precisava de tratores, de sementes de melhor qualidade, de irrigação.

Tudo isso, para se concretizar, exigia o planejamento das medidas a serem tomadas e grande soma de capitais. Mas os nossos empresários não tinham grandes recursos, e faltavam também conhecimentos técnicos. Era preciso importar novas tecnologias. Os empresários precisavam da ajuda do governo ou de empresas e empresários estrangeiros.

Esse grupo liderado por Roberto Simonsen contava com o apoio de muitos industriais, militares, jornalistas, professores, trabalhadores, escritores e outros. A proposta que defendiam foi chamada de **modelo desenvolvimentista**.

Pouco tempo depois, esse grupo se dividiu. De um lado, ficaram aqueles que pensavam que, se o Brasil precisava desenvolver a sua indústria, não importava quem iria investir: podiam ser os empresários brasileiros, os estrangeiros ou o governo. De outro lado, colocaram-se os que acreditavam que só os empresários brasileiros e o governo é que deveriam explorar os nossos recursos naturais.

Este último grupo não aceitava a participação do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento. Argumentava que os estrangeiros só queriam explorar os nossos produtos naturais e nos vender os seus produtos industrializados. Não acreditava que empresas estrangeiras pudessem vir para o Brasil e produzir aqui. Integrado também por muitos políticos, militares, jornalistas, escritores e outros, esse grupo ficou conhecido como o dos **nacionalistas**.

Mas havia ainda um grupo que não concordava nem com os desenvolvimentistas nem com os desenvolvimentistas-nacionalistas. Era o grupo liderado pelo economista Eugênio Gudin. Esse grupo entendia que o Brasil não deveria se preocupar com a industrialização, e sim incentivar a agricultura, melhorar e diversificar a produção agrícola. Dizia que nós, brasileiros, tínhamos demonstrado que éramos capazes de produzir bem na agricultura, pois conseguíamos exportar café, cacau, açúcar, algodão e outros produtos agrícolas. Com os recursos da venda desses produtos no exterior poderíamos comprar automóveis, geladeiras, máquinas etc. Se os estrangeiros quisessem vir aqui abrir fábricas, ótimo para nós. Se os nossos empresários conseguissem produzir bens com custos baixos, ótimo também. Mas o governo não deveria entrar na produção, nem planejar a economia. A produção deveria ser deixada para os empresários privados.

Essa posição, ou modelo de desenvolvimento, foi chamada de **neoliberal**. O grupo defensor desse modelo reunia grande número de exportadores, representantes de empresas estrangeiras, jornalistas, escritores e políticos.

Getúlio Vargas volta ao poder

Em 1950, no meio dessa discussão toda, deveria ser feita a eleição do presidente da República que iria substituir o presidente Eurico Gaspar Dutra.

Os partidos políticos apresentaram os seus candidatos. A UDN lançou o mesmo candidato que havia concorrido em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD lançou o mineiro Cristiano Machado. O PTB e o Partido Social Progressista (PSP) lançaram juntos Getúlio Vargas, o ditador do Estado Novo que fora derrubado pelos militares em 1945.

Em sua campanha eleitoral, nos comícios que fez ao percorrer todos os Estados da federação, Vargas garantiu ao povo que, se fosse eleito, iria continuar

incentivando a industrialização, como fizera durante seu primeiro governo. Dizia que só a indústria permitiria que o Brasil atingisse a sua independência econômica e se tornasse um país desenvolvido como os Estados Unidos, a União Soviética e outros países importantes da Europa. Era favorável à exploração dos nossos recursos naturais, como petróleo, manganês, ferro, carvão, por empresários nacionais ou pelo governo, embora aceitasse a participação dos capitais estrangeiros em outros setores da economia.

Vargas defendia também a maior intervenção do Estado na área econômica, o que significava que o governo deveria estabelecer as regras da produção e também produzir. Como se vê, seu discurso de campanha estava próximo do modelo **desenvolvimentista-nacionalista**.

Outra promessa que Vargas fez durante a campanha foi continuar sua política de defesa dos direitos dos trabalhadores. Agora, prometia aos trabalhadores rurais os mesmos direitos que tinham os das zonas urbanas. O fato é que Getúlio Vargas ganhou as eleições de 3 de outubro de 1950 com 48,7% do total de votos.



Charge da fácil vitória de Getúlio Vargas nas eleições.

Essa vitória foi muito mal recebida pelos perdedores, especialmente a UDN, que não perdoava Vargas por ter governado, durante o Estado Novo, sob um regime de ditadura. A oposição não acreditava que ele pudesse governar dentro de um regime democrático. Tentou, então, impedir a sua posse. O argumento usado foi o de que Vargas não conseguira a maioria absoluta de votos, ou seja, a metade dos votos mais um. Ocorre que a legislação eleitoral daquela época não exigia isso.

Hoje, para ser eleito presidente da República, o candidato precisa obter maioria absoluta de votos. Se nenhum candidato obtiver essa quantidade de votos na primeira eleição, a lei exige um segundo turno de disputa para os dois primeiros candidatos mais votados. O candidato que tiver 50% mais um dos votos é o vencedor.

Em tempo

Em 1950, portanto, a UDN não tinha razão quando contestou a vitória de Vargas. A Justiça não concordou com o pedido de anulação do resultado, e Getúlio tomou posse no dia 31 de janeiro de 1951.

Você já votou para presidente no Brasil? De quantas eleições para presidente já participou? Quando foram as eleições? Quais foram os candidatos? A que partidos eles pertenciam?

Pausa

Você já está entendendo que Getúlio assumiu o governo enfrentando uma forte oposição. Mas ele era um político que sabia conciliar, procurava sempre contemporizar, harmonizar. Essa era uma das características da sua maneira de agir politicamente. Ele formou o seu ministério, inclusive, com políticos da oposição, e procurou trazer para o governo a UDN, o partido que mais o criticava. Em contrapartida, convidou para o Ministério da Guerra – que atualmente se chama Ministério do Exército – um militar nacionalista, o general Estillac Leal. Essa escolha foi muito criticada por seus opositores, que já temiam que ele adotasse uma política nacionalista.

Para o Ministério da Fazenda foi nomeado o empresário paulista Horácio Lafer. Para o Ministério das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Ambos eram favoráveis ao desenvolvimento da indústria nacional com o apoio do governo, mas aceitavam a participação do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento. Não se pode dizer que fizessem parte do grupo dos nacionalistas.

Getúlio Vargas e
Tancredo Neves
(à direita).



Mas como foi o seu governo?

Logo no início do seu governo, Vargas criou uma Assessoria Econômica da Presidência da República. Esse tipo de órgão era uma novidade na época. Significou o começo da valorização do técnico, do especialista, do economista, na indicação de soluções para os problemas do país.

Esses técnicos foram introduzindo novos métodos de trabalho, preparando planos de desenvolvimento. A Assessoria Econômica era coordenada pelo economista Rômulo Almeida e dela participaram Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Inácio Rangel, Tomás Pompeu Acióli Borges, Otolmi Strauch, Cleanto de Paiva Leite, Mário da Silva Pinto e Saldanha da Gama.

Eles ajudaram o governo a preparar muitos projetos, principalmente para resolver problemas como os do petróleo, do carvão e da electricidade. Também prepararam um programa de preservação, ampliação e melhor utilização das reservas florestais. Como você vê, a preocupação com o meio ambiente já existia: tentou-se iniciar uma política para impedir a devastação das nossas florestas.

Um projeto muito importante elaborado pela Assessoria Econômica foi o de criação de uma empresa nacional para explorar o nosso petróleo. O Congresso aprovou a criação da Petrobrás em 3 de outubro de 1953, como uma empresa que detinha o **monopólio estatal do petróleo**.

Isso significava que nenhuma outra empresa poderia fazer concorrência à Petrobrás. A ela cabiam a pesquisa e exploração das jazidas de petróleo existentes no Brasil; o refino do petróleo tanto nacional como estrangeiro, e o transporte do petróleo bruto e seus derivados.

A discussão sobre a criação da Petrobrás envolveu muita gente. O debate saiu dos gabinetes, dos ministérios, e foi para as ruas. A população participou de comícios, encontros, manifestações. Os nacionalistas, que defendiam a criação de uma empresa nacional para explorar o petróleo, foram os responsáveis pela campanha “O petróleo é nosso.” Eles apelidaram as pessoas que eram contrárias à solução nacionalista de “entreguistas”. Quer dizer: seriam pessoas que queriam entregar os nossos recursos naturais para os estrangeiros, e, por isso, deviam ser consideradas traidoras da pátria.

Em tempo



Campanha
“O Petróleo é nosso”

Além da Petrobrás, o governo Vargas propôs ao Congresso o Plano Nacional de Eletrificação e a criação da Eletrobrás. Mas esse projeto encontrou muitas resistências, e só seria aprovado no ano de 1961. Em 1953 foi aprovado o Plano do Carvão Nacional, que procurava resolver as dificuldades do país na obtenção de carvão para a indústria siderúrgica.

Outra preocupação do governo foi a de estudar e dar solução aos problemas da Amazônia. Ainda em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a SPVEA, que deveria coordenar todas as medidas necessárias para desenvolver a produção extrativa, a produção agrícola, a pecuária e a instalação de indústrias nessa região.

O plano para a Amazônia incluía desde a abertura de estradas, a utilização dos rios como vias de navegação, a ampliação da capacidade de produção de energia elétrica, a defesa contra as inundações, até pesquisas sobre o solo, os vegetais, os animais, o clima e a população.

Também o desenvolvimento do Nordeste foi objeto de preocupação, como demonstra a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952.

O governo instituiu ainda uma comissão para estudar e planejar a fabricação de jipes, tratores e caminhões. O trabalho dessa comissão teve continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, e foi a partir dele que se originou a indústria automobilística no Brasil.

O Instituto Brasileiro do Café (IBC) também surgiu durante o governo Vargas. Seu objetivo era realizar a política cafeeira, tanto interna como externamente, e fazer pesquisas e experimentações para criar novos arbustos, mais resistentes a pragas e a geadas e que dessem um melhor café. Cabia ao IBC defender os preços do café no mercado internacional, já que a competição era muito grande: outros países, principalmente os africanos, começavam a produzir em grande quantidade.

Ao lado do trabalho da Assessoria Econômica, o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, preparou o Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, conhecido como **Plano Lafer**.

O plano deveria contar com a cooperação financeira dos Estados Unidos. Dele faziam parte projetos para a criação de novas fontes de energia elétrica, a modernização da rede de transportes ferroviários e rodoviários, a construção de armazéns e frigoríficos, a criação e ampliação dos serviços portuários e a introdução de novas técnicas na agricultura. Esse plano encontrou muitos obstáculos para ser executado, principalmente porque dependia de financiamentos que foram prometidos mas que não chegaram na quantidade esperada.

Para financiar e receber os empréstimos estrangeiros obtidos para os projetos do Plano Lafer, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE. Hoje ele se chama Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. É um órgão que financiou e continua a financiar projetos de modernização do país.

No ano de 1954 já começavam a aparecer os primeiros resultados da administração Vargas. A Petrobrás entrava em funcionamento, era inaugurada a Companhia Siderúrgica Mannesmann, em Minas Gerais, e a usina de Paulo Afonso, no Nordeste, começava a produzir energia para a Bahia e Pernambuco. Ao mesmo tempo, com as medidas de incentivo e o apoio do governo, as indústrias trabalhavam a todo vapor.

Você certamente já entendeu o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso. Vargas adotou uma política em que o governo investia na industrialização,

criando empresas para produzir bens e serviços. Ao mesmo tempo, promulgava leis e regulamentos para controlar as atividades econômicas.

Essa política, que é chamada de **autárquica, intervencionista e centralizadora**, caracterizou a chamada Era Vargas.

Hoje, esse modelo econômico está sendo criticado. Seus críticos dizem que o governo investiu em muitas áreas em que os empresários privados tinham capacidade de entrar. Consideram que o governo só deve investir em serviços públicos, ou seja, naqueles que não podem dar lucros e que são essenciais para a população, como educação básica, saúde, segurança e outros.

Brasil industrial.



O argumento mais importante contra a manutenção do modelo da Era Vargas é o de que o governo não dispõe atualmente de recursos para fazer tudo. Aquelas empresas estatais que tiveram bom desempenho, como a Petrobrás, hoje precisam de muitos recursos para continuar a atender às novas exigências do país. Nosso desenvolvimento industrial é muito maior e mais complexo do que nos anos 50 e 60. Portanto, é preciso mudar o modelo, para nos adaptarmos aos novos tempos.

Vamos observar um pouco os números, porque eles nos ajudam a entender como o Brasil mudou. Para começar, nós tínhamos em 1940 uma população de 41.236.315 habitantes; em 1950, quando Vargas voltou ao poder, essa população já era de 51.944.397. Em 1991, quando foi feito o último recenseamento, nossa população já era de 146.917.459.

Ao longo desses anos, não apenas a população cresceu, como mudou a proporção das pessoas que moram no campo e das que moram na cidade. Quando Vargas governou, a maior parte da população vivia nas zonas rurais. Agora, vive nas zonas urbanas.

Em relação à população adulta que trabalha e produz riquezas, ganha salários, paga impostos – a chamada de população economicamente ativa –, em 1950, 59,9% se dedicavam à agricultura; hoje, somente 22,8% trabalham nessa área econômica.

Enquanto isso, os 14,2% que trabalhavam na indústria em 1950 passaram para 22,7% em 1991.

Esta aula tratou do governo democrático de Vargas, período de muitas iniciativas. O governo criou empresas e, com empréstimos, estimulou os empresários nacionais a investir na construção de novas fábricas e a ampliar as já existentes. Essas iniciativas permitiram que o Brasil deixasse de ser um país de economia agrícola para se transformar em um país industrial.

A política de Vargas teria continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, quando foram feitos muitos investimentos na industrialização. Mas, apesar disso, o período terminou em meio a uma grande crise política que culminou com o suicídio de Getúlio.

É o que você vai ver na próxima aula.

Exercício 1

Releia o item **Modelo de desenvolvimento do Governo Vargas** e estabeleça comparações entre as propostas desenvolvimentista, nacional-desenvolvimentista e liberal.

Exercício 2

Releia o item **Mas como foi o seu governo?** e explique o que significa modelo autárquico de desenvolvimento.

Em tempo

Últimas
palavras

Exercícios

